



RELATÓRIO DE GESTÃO

I. – INTRODUÇÃO

O Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) é uma unidade orgânica da Universidade Nova de Lisboa (UNL), cuja missão é dirigida às áreas das Ciências Biomédicas, Medicina Tropical e Saúde Internacional, visando o ensino, a investigação, a prestação de serviços à comunidade (clínicos, laboratoriais e de saúde pública), a contribuição para a resolução de problemáticas de vital importância para a saúde global em geral, e das regiões tropicais em particular, a cooperação e a divulgação do conhecimento científico.

O Conselho de Gestão é o órgão que garante a gestão administrativa, patrimonial, financeira e dos recursos humanos do IHMT. É presidido pelo Diretor do IHMT e tem a seguinte composição:

- Professor Doutor Paulo Ferrinho, Diretor
- Professora Doutora Zulmira Hartz, Subdiretora
- · Professor Doutor Henrique Silveira, Subdiretor
- Dra Isabel Antunes, Administradora

Durante o ano de 2012 o Conselho de Gestão prosseguiu com a concretização dos seus objetivos estratégicos, nomeadamente:

- Reforçar o enfoque da investigação em áreas de excelência;
- Racionalizar, melhorar e integrar a atividade pedagógica e direcionar as ofertas pedagógicas para nichos do mercado;
- Alinhar a cooperação com o MinSa, IPAD, OMS-AFRO, CPLP, FIOCRUZ e outros;
- Diversificar as fontes de financiamento, recorrendo a fontes independentes do Estado;





- Promover a renovação e manutenção das instalações e equipamentos;
- Promover a evolução e valorização dos Recursos Humanos do IHMT.

No Ensino, aumentou a sua a oferta pedagógica com a acreditação de um novo doutoramento em Genética Humana e Doenças Infeciosas e de um novo mestrado em epidemiologia. Manteve ainda em funcionamento vários cursos de curta duração, programas de atualização técnica e de apoio ao desenvolvimento em resposta às necessidades dos países lusófonos. Contaram-se 298 alunos inscritos no IHMT, sendo 90 de Mestrado, 64 de Doutoramento, 144 de cursos não conferentes de grau. Participaram ainda 216 alunos em cursos oferecidos em Estados Membros da CPLP e foram acolhidos 84 estagiários. Realizaram-se 57 provas públicas: 56 defesas de dissertação de 2º ciclo e 1 defesa de tese de doutoramento em Medicina Tropical. Neste ano retomou-se a entrega de prémios para os alunos de Doutoramento e de Mestrado que se destacaram nas respetivas áreas de estudos e foi atribuído pela primeira vez o prémio de excelência "Professor Garcia de Orta" ao melhor aluno do Instituto.

No que se refere à Investigação Científica, os 47 docentes e investigadores a tempo integral (ETI) do Instituto, contribuíram para 88 projetos de investigação ativos, dos quais 13 financiados pela União Europeia, perfazendo uma média de 1,9 projetos por ETI. Foram publicados mais de cem artigos em revistas de distribuição nacional, lusófona e internacional, dos quais 96 publicações em revistas científicas internacionais indexadas no ISI-WoS, sendo 23% Q1 e 2 highly cited papers. O valor médio de fator de impacto foi de 2,9 com uma média de 2 publicações internacionais por ETI.

No ano de 2012, dois Investigadores do IHMT foram distinguidos com os prémios de Mérito Científico Santander Totta – Universidade Nova de Lisboa (Miguel Viveiros) e Pfizer em Investigação Clínica (José Maria Marcelino). Um nosso aluno de doutoramento, Pedro Aguiar, viu o seu trabalho de doutoramento premiado na 3ª edição do Prémio em Epidemiologia Clínica SCML/MSD.





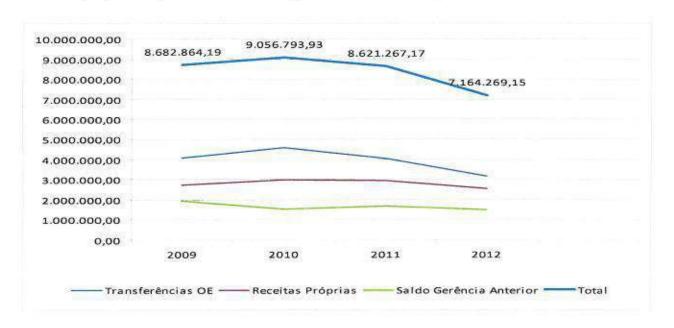
Apresenta-se de seguida uma detalhada análise económica, financeira e do património do Instituto, pelo princípio fundamental assumido na nossa gestão, o da transparência das nossas contas.

II. – ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

As contas do IHMT estão apresentadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC - Educação), aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro, e ainda nos moldes tradicionais da Contabilidade Orçamental, cumprindo igualmente todas as exigências constantes das Instruções nº. 1/2004 – 2ª Secção, de 22 de Janeiro, do Tribunal de Contas.

a) Análise Económico-Financeira

A receita cobrada no ano de 2012 atingiu o valor de 7.164.269,15€ (inclui 1.471.342,16€ de saldo da gerência anterior), representando as transferências diretas do Orçamento de Estado (OE) 44,23%, as transferências de entidades financiadas pelo OE 15,08%, as receitas próprias 20,15% e o saldo de gerência anterior 20,54%.





H 4 Cold

Mantiveram-se em funcionamento os dois Centros de Investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), o Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais (CMDT) e Unidade de Parasitologia e Microbiologia Médicas (UPMM).

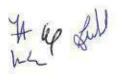
Na Prestação de Serviços à Comunidade, o IHMT manteve a prestação de serviços especializados à comunidade, nomeadamente:

- ✓ Execução de análises laboratoriais de aplicação à clínica e de natureza sanitária, muitas vezes, de um modo exclusivo em Portugal;
- ✓ Prestação de assistência médica e assessoria especializada, no âmbito da Medicina e Patologia Tropicais, da Medicina das Viagens e da Saúde dos Migrantes;
- ✓ Serviços prestados pelo Biotério e Insectário;
- Missões de assessoria técnica às autoridades de saúde dos diversos países lusófonos, particularmente a Cabo Verde, Moçambique, Angola e Guiné Bissau e ao Secretariado Executivo da CPLP, assim como aos Ministérios da Saúde de Portugal e do Brasil.

Este ano promoveu-se o 1º Dia Aberto, uma iniciativa para dar a conhecer ao público as suas atividades de Ensino, Investigação e Cooperação.

No que se refere à gestão financeira do Instituto, não se pode deixar de realçar as inúmeras dificuldades orçamentais com que o Instituto se deparou, tendo em conta a situação orçamental do país. Apesar destas dificuldades conseguiu-se manter uma situação equilibrada no final deste ano, e isto deve-se essencialmente às inúmeras iniciativas na procura ativa de financiamento próprio, de introdução de mecanismos de poupança e à qualidade e eficácia da nossa gestão.

Mais uma vez a auditoria às nossas contas de 2012, resultou numa certificação legal de contas sem reservas emitida pela SROC, Nunes Cameira e Antunes Cabrera.





De referir que o total da receita arrecadada desceu cerca de 16,9% (-1.456.998,02€), relativamente a 2011. E, que o peso das transferências do OE no total da receita cobrada aumentou 1,27%, relativamente ao ano anterior.

A despesa paga ascendeu a 5.875.168,32, sendo 53,77% assegurada pelas transferências diretas do OE. Comparativamente a 2011, o total da despesa paga diminuiu cerca de 17,83% (-1.274.756,69€).

Transferências Diretas do OE

Orçamento do Estado

(unidade:euros)

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012	∆(10/09)%	Δ(11/10)%	∆(12/11)%
1- Receitas correntes	4.029.107,00	4.559.018,00	3.994.628,00	3.149.123,00			
2- Receitas de capital 3- Total (1+2)	20.000,00 4.049.107,00	20.000,00 4.579.018,00	20,000,00 4.014.628,00	20.000,00 3.169.123,00	13,09	-12,33	-21,06
4- Saldo da gerência anterior		1	1				
TOTAL GERAL (3+4)	4.049.107,00	4.579.018,00	4.014.628,00	3.169.123,00			

As transferências diretas do OE passaram de 4.014.628€ para 3.169.123€, o que se traduziu numa redução destas transferências de 21,06%, relativamente ao ano anterior.

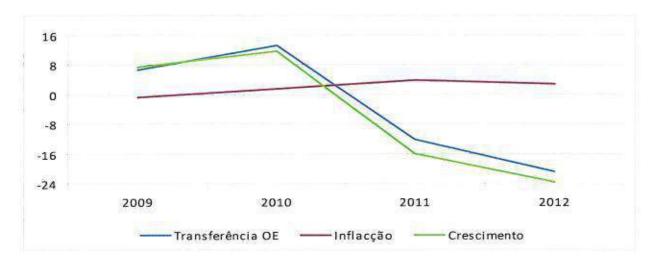
Inicialmente, a dotação orçamental do OE atribuída ao IHMT era de 3.782.510€, traduzindo-se numa redução de 5,78% relativamente a 2011. Contudo, na sequência da suspensão do pagamento do subsídio de férias e de natal ao pessoal cuja remuneração base mensal fosse superior a 1.100€, bem como a sua redução para remunerações base mensal entre 600€ e 1.100€, determinada pela Lei do Orçamento de Estado (OE) para 2012, a dotação do OE concedida ao IHMT foi reduzida pelo Ministério das Finanças cerca de 10,66% (403.055€).



I bil

O Ministério das Finanças efetuou, ainda, uma segunda redução à dotação do OE, no valor de 168.022€, através da reafectação do valor total orçamentado pelas diferentes fontes de financiamento orçamentais.

Adicionalmente, algumas dotações das rubricas de despesa do orçamento de funcionamento do IHMT foram sujeitas a cativações, no valor total de 42.310€. Este montante ficou cativo na rubrica de transferências diretas do OE, não podendo ser requisitado ao longo do ano.



Ao relacionarmos o aumento das transferências diretas do OE com a taxa de inflação de 2,8%, em 2012, constata-se que houve uma perda real de 23,86%, conforme se pode observar no gráfico acima.

DESPESA PAGA (unidade:e											ade:euros
DESIGNAÇÃO	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	Δ(10/09)%	Δ(11/10)%	Δ(12/11)%
1- Despesas correntes a)- Desp. pessoal	3.974.444,23 3.259.745,15	82,02		83,72	100000000000000000000000000000000000000	83,86	3.139.202,94 2.644.498,45		13,97 16,34	-12,14 -12,00	-21,12 -20,76
b)- Outr. desp. Corr.2- Despesas de capital	714,699,08 17.933,56	()4	737.407,03 19.960,00		642.483,79 18.580,37	16,14	494.704,49 19.777,05	1.2.00	3,18	9590	-23,00 6,4
TOTAL GERAL (1+2)	3.992.377,79	local.	4.549.814,33		3.998.380,19	lot in	3.158.979,99	interior in	13,96	-12,12	-20,99
Saldo gerência seg.	56.729,21	8 9	29.203,67	4 4	16.247,81	1 3	10.143,01	ALC: N	-48,52	-44,36	-37,6





As despesas com pessoal representaram cerca de 84,24% do total das despesas correntes efetuadas por contrapartida das transferências diretas do OE. Estas despesas diminuíram 20,76% relativamente a 2011.



A redução das despesas com o pessoal resulta, em parte, da suspensão do pagamento do subsídio de férias e de natal ao pessoal, de acordo com o estabelecido na Lei do OE para 2012.

A diferença do subsídio de férias e de natal pago em 2012 relativamente ao ano anterior foi de -392.242,98€.

Contribuiu, ainda, para a redução das despesas com o pessoal:

- ✓ A aposentação de 1 docente, de 1 assistente técnico, de 3 técnicos de diagnóstico e terapêutica, e de 1 assistente operacional;
- ✓ A suspensão do vínculo contratual de 1 professor;
- ✓ A baixa de longa duração de 1 assistente operacional;
- ✓ O falecimento de 1 assistente técnico.





Em contrapartida decorreram 2 concursos de acesso na carreira docente que foram preenchidos por docentes que já ocupavam lugares no mapa do pessoal do IHMT em categoria inferior, e regressou 1 assistente operacional que se encontrava de baixa de longa duração.

Com efeito, as transferências diretas do OE permitiram pagar grande parte das remunerações e outros abonos do "pessoal permanente", bem como o encargo da entidade empregadora na contribuição para a Caixa Geral de Aposentações (CGA). O valor das despesas com o "pessoal permanente" assegurado pelas receitas próprias da instituição foi de 140.871,31€.

Para além das despesas com o "pessoal permanente", as transferências diretas do OE financiaram a maior parte das estruturas básicas de apoio às atividades da instituição, nomeadamente água, eletricidade, vigilância, limpeza, comunicações. Reportou-se para as receitas próprias e para as transferências de entidades financiadas pelo OE o financiamento da atividade propriamente dita.

A diminuição em 23% das despesas de funcionamento por conta das transferências do OE deveu-se, em parte, à alteração da fonte de financiamento que as suportou. Com efeito, as despesas com o fornecimento de azoto líquido, gás, material de escritório, os últimos 2 meses da eletricidade e algumas despesas de conservação e reparação foram suportadas em 2012 pelas receitas próprias da instituição.

De referir que esta redução se deveu, também, à diminuição do preço contratual nalguns contratos de prestação de serviços, designadamente no da limpeza, da segurança e outros contratos de assistência técnica. De salientar que nenhum contrato renovado foi objeto de qualquer atualização do seu preço contatual, mesmo considerando uma taxa de inflação de 2,8% em 2012.





Em contrapartida decorreram 2 concursos de acesso na carreira docente que foram preenchidos por docentes que já ocupavam lugares no mapa do pessoal do IHMT em categoria inferior, e regressou 1 assistente operacional que se encontrava de baixa de longa duração.

Com efeito, as transferências diretas do OE permitiram pagar grande parte das remunerações e outros abonos do "pessoal permanente", bem como o encargo da entidade empregadora na contribuição para a Caixa Geral de Aposentações (CGA). O valor das despesas com o "pessoal permanente" assegurado pelas receitas próprias da instituição foi de 140.871,31€.

Para além das despesas com o "pessoal permanente", as transferências diretas do OE financiaram a maior parte das estruturas básicas de apoio às atividades da instituição, nomeadamente água, eletricidade, vigilância, limpeza, comunicações. Reportou-se para as receitas próprias e para as transferências de entidades financiadas pelo OE o financiamento da atividade propriamente dita.

A diminuição em 23% das despesas de funcionamento por conta das transferências do OE deveu-se, em parte, à alteração da fonte de financiamento que as suportou. Com efeito, as despesas com o fornecimento de azoto líquido, gás, material de escritório, os últimos 2 meses da eletricidade e algumas despesas de conservação e reparação foram suportadas em 2012 pelas receitas próprias da instituição.

De referir que esta redução se deveu, também, à diminuição do preço contratual nalguns contratos de prestação de serviços, designadamente no da limpeza, da segurança e outros contratos de assistência técnica. De salientar que nenhum contrato renovado foi objeto de qualquer atualização do seu preço contatual, mesmo considerando uma taxa de inflação de 2,8% em 2012.





O investimento realizado em 2012 com verbas do OE foi de apenas 19.777,05€. Este montante foi utilizado na aquisição de hardware informático, bem como na aquisição de algum equipamento administrativo que substituiu equipamento idêntico avariado ou tornado obsoleto.

Como já é habitual, ao longo do ano, realizaram-se igualmente reparações nos edifícios que viabilizaram o seu funcionamento diário, designadamente canalizações; desentupimentos; substituição de torneiras e autoclismos; arranjo de portas, janelas e persianas; substituição de fechaduras; etc.

Receitas Próprias

(unidade:euros)

	1		RECEIT	COBRADA			
DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012	Δ(10/09)%	Δ(11/10)%	Δ(12/11)%
- Propinas e outras taxas	144.996,19	237.072,45	533.146,68	604.469,28	63,50	124,89	13,38
- Bens e serviços	434.134,56	414.843,74	390.773,48	266.694,32	-4,44	-5,80	-31,75
- Transferências	2.134.958,27	2.304.446,67	2.007.913,70	1.586.953,50	7,94	-12,87	-20,97
- Outras receitas	3.811,14	775,00	6.137,91	65.686,89	-79,66	691,99	970,18
1- Total	2.717.900,16	2.957.137,86	2.937.971,77	2.523.803,99	8,80	-0,65	-14,10
2- Saldo da gerência anterior	1.915.857,03	1.520.638,07	1.668.667,40	1.471.342,16			
TOTAL GERAL (1+2)	4.633.757,19	4.477.775,93	4.606.639,17	3.995.146,15	-3,37	2,88	-13,27

As receitas próprias cobradas e as transferências de entidades financiadas pelo OE diminuíram 14,1% em 2012 face a 2011. Essencialmente, a receita cobrada foi proveniente de transferências correntes (39,72%) e das propinas e outras taxas (15,13%), verificando-se que o saldo de gerência anterior representa 36,83% do total.

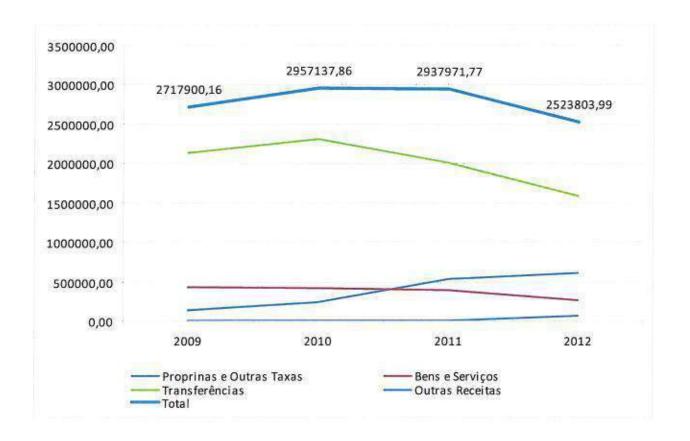
Da análise do quadro acima constata-se que as receitas de propinas e outras taxas aumentaram 13,38% face ao ano anterior.



What

O valor cobrado em propinas de mestrado e doutoramento (323.798,73€) aumentou 28,12% relativamente ao ano anterior. Este acréscimo resultou do aumento do número de alunos matriculados nos 1º anos dos cursos de mestrado, assim como do aumento do número de alunos de doutoramento. Para estes resultados muito contribuiu a campanha de marketing, realizada em 2011, com o intuito de promover ativamente a nossa oferta alargada de cursos de mestrado, doutoramento e de pós-graduação.

Neste âmbito, salienta-se ainda a abertura do curso de mestrado em Parasitologia Médica, no Ano Letivo 2012/13, com 11 alunos matriculados. Este mestrado não tinha funcionado no ano letivo anterior por não ter atingido o número mínimo de candidaturas.





H SM W ay

Em 2012, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) transferiu as propinas, de 2010 e 2011, dos alunos que beneficiam de bolsas desta instituição pela frequência no programa de doutoramentos do IHMT, no valor total de 99.000€.

Importa realçar que se cobraram 69.175€ de propinas de mestrado, referentes ao ano letivo 2012/2013, representando 58,45% do total faturado. Esta percentagem de pagamento encontra-se acima da prevista (50%), tendo em conta o faseamento do pagamento das propinas estabelecido no Regulamento de Propinas do IHMT.

É ainda de assinalar que no final do ano, estava em atraso o pagamento de 1.400€ de propinas de mestrado, respeitantes ao ano letivo 2011/12. Este valor diz respeito a 3 alunos que deviam valores parciais de propinas.

O valor cobrado em taxas pelos serviços de vacinação prestados aos Viajantes foi de 271.391,8€. Este valor é semelhante ao cobrado em 2011 (271.820€), apesar do número inoculações de vacinas contra a febre amarela e contra a febre tifóide ter crescido em média 61,82%. De referir que, os valores das taxas de vacinação internacional foram revistos em Agosto de 2011, através da Portaria n.º 260-A/2011, de 5 de Agosto, tendo o valor da taxa da vacina contra a febre-amarela e contra a febre tifóide passado de 100€ e 40€, respetivamente para um valor único de 20€.

Para assegurar a total proteção dos viajantes e melhorar a qualidade do serviço prestado na Consulta do Viajante e/ou nos Serviços de Vacinação, no final de 2011, decidiu-se aumentar a oferta de vacinas, nomeadamente das vacinas do tétano/difteria e da poliomielite, mediante o pagamento de uma taxa equivalente ao seu preço de custo.



H we

Bens e serviços

(unidade:euros)

(un								
DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012				
Consulta	6.245,00	4.113,00	861,00	990,00				
Análises Hospitais	123.650,51	59.078,97	130.993,34	52.957,72				
Análises Utentes	15.007,78	14.589,06	19.859,91	14.376,97				
Assistência Técnica	39.443,63	50.121,29	57.932,40	17.820,61				
Outros Bens e Serviços	249.787,64	286.941,42	181.126,83	180.549,02				
TOTAL GERAL	434.134,56	414.843,74	390.773,48	266.694,32				

Em 2012 inverteu-se a tendência registada no ano anterior, a receita arrecadada da faturação aos hospitais/centros hospitalares pela realização de análises clínicas diminuiu 59,57%, de 130.993,34€ passou para 52.957,72€. Isto apesar de, ao longo do ano, terem sido efetuadas várias diligências junto dos Conselhos de Administração dos hospitais/centros hospitalares com o intuito destes apresentarem um plano de pagamentos de liquidação das dívidas anteriores a 2012.

Da análise do impacto na dívida dos hospitais/centros hospitalares, anterior a 2012, resultante das diligências entretanto efetuadas, constata-se que se cobrou o valor de 29.622,53€ e que ficou ainda por cobrar 17.751,24€. Verifica-se ainda que 72,54% desta dívida respeita apenas a 2 centros hospitalares (Centro Hospitalar de Setúbal – 6.507,25€ e Centro Hospitalar Lisboa Norte – 6.369,21€).

A dívida dos hospitais/centros hospitalares pela realização de análises clínicas, relativamente a 2012, cifra-se em 57.331,13€. De referir que o valor faturado foi de 80.666,32€ e que apenas foi recebido a quantia de 23.335,19€. A divida do Centro Hospitalar Lisboa Ocidental atinge cerca de 40,39% da divida total.



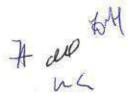


Salienta-se que durante o ano, o valor pago pelos hospitais/centros hospitalares teria sido muito superior ao efetivamente realizado se estas instituições tivessem cumprido o disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro que aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. De acordo com o legalmente estabelecido, as entidades públicas só podem assumir os compromissos que não excedam os fundos disponíveis e têm 90 dias após a data da fatura para efetuar os respetivos pagamentos.

Nas outras receitas destaca-se a mensalidade (5.000€, acrescidos de IVA) paga pela Associação para o Desenvolvimento da Medicina Tropical (ADMT) ao IHMT resultante da cedência do espaço destinado às consultas externas, bem como do direito da sua exploração, para efeitos da Consulta do Viajante e do Serviço de Vacinação.

Obteve-se de receita 16.047,08€ na comparticipação dos utentes pela utilização do estacionamento no IHMT.

Face a 2012, houve uma redução de cerca 20,97% do total da receita angariada no âmbito de projetos. A diminuição nas transferências da União Europeia (EU) foi determinante para este decréscimo, uma vez que passaram de 804.650,97€, em 2011, para 355.084,38€, em 2012. Esta redução deve-se fundamentalmente às transferências da EU para o projeto Chokwé terem passado de 540.587,74€, em 2011, para apenas 196.862,14€, em 2012. Tendo este sido o último ano do projeto Chokwé e de acordo com o Contrato de Subvenção estabelecido entre a EU e o IHMT, o último pagamento correspondeu apenas a 10% do valor contratado (196.862,14€).





Transferências

(unidade:euros)

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012
Estado	430.973,95	47.983,78	22.385,13	
Serviços e Fundos Autonomos				
FCT	1.327.502,90	1.214.780,41	884.810,69	1.019.637,62
FF		7.466,00	19.067,20	
IST		3.000,00		
IICT		23.226,70	3.600,00	21.026,70
INRJ			20 300 1980	12.000,00
FMV				9.178,95
UM			(4)	6.213,60
Outros	3.105,30	13.057,29	2.320,11	12.103,95
Particulares				
Gulbenkian	45.075,67	50.010,00	57.610,00	87.053,00
Fundação FC UL	5.937,90	26.208,00	5.940,00	5.940,00
FC UP	800000000000000000000000000000000000000	12.000,00	12.000,00	08/64/10/45/160
Fundação FCT	1 1	15.318,60	14.589,00	
ACS	1 1	82.500,00	15.000,00	
FLAD	1 1			15.980,00
ADEIM				8.746,40
Outros	47.779,54	20.641,70	12.490,60	13.020,62
Exterior - União Europeia	274.583,01	786.254,19	804.650,97	355.084,38
Exterior - Outros	1) straterios antegras.	2.000,00	153.450,00	20.968,28
TOTAL	2.134.958,27	2.304.446,67	2.007.913,70	1.586.953,50

Importa salientar que consideramos que se deve atribuir à difícil situação orçamental que o país atravessa, o fato de a FCT ter vindo a retardar o reembolso de pedidos de pagamento entretanto já validados. Assim, no final do ano, o IHMT tinha por receber da FCT a quantia de 150.845,87€, relativamente a projetos já terminados e em curso.

No entanto, a FCT continua a ser uma das principais entidades financiadoras de projetos do IHMT. No final de 2012, a FCT financiou 41 projetos, o que representou 64,25% do total das transferências recebidas. Importa acrescentar que nestas transferências se





encontram incluídos os financiamentos plurianuais do CMDT e da UPMM, assim como o financiamento do programa "Contratação de Doutorandos para o Sistema Científico e Tecnológico", Ciência 2007 e 2008.

De referir ainda que, a Caixa Geral de Aposentações devolveu a quantia de 63.859,72€ (registada em "outras receitas") referente a parte do valor pago em 2009 da remissão de uma pensão por acidente em serviço. Devido a alteração legislativa, o IHMT passará a pagar uma pensão mensal vitalícia à trabalhadora envolvida naquele acidente.

440		DESPESA PAGA									
DESIGNAÇÃO	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	Δ(10/09)%	۵(11/10)%	(12/11)%
1- Despesas correntes	2.908.995,59		2.591.771,59	8	2.821.313,44		2.564.646,70		-10,90	8,86	-9,10
a)- Desp. pessoal		000000000000000000000000000000000000000	1.107.305,59	H-17:00:00:00			S163(2) (C2) (C2) (C2)	MS/8/53000	0.0000000000000000000000000000000000000	-7,03	-7,97
b)- Outr. desp. Corr.	1.376.602,26	47,32	1.484.466,00	57,28	1.791.875,36	63,51	1.617.235,45	63,06	7,84	20,71	-9,75
2- Despesas de capital	260.852,74		246.540,61		330.231,38		151.541,63		-5,49	33,95	-54,11
TOTAL GERAL (1+2)	3.169.848,33		2.838.312,20		3.151.544,82		2.716.188,33		-10,46	11,04	-13,81

As despesas com pessoal diminuíram 7,97% relativamente ao ano transato. O principal fator que explica este decréscimo foi a suspensão do pagamento do subsídio de férias e de natal ao pessoal.

As despesas efetuadas a partir das receitas próprias cobradas seguiram a política definida desde 2001, isto é, a autossustentabilidade das atividades do IHMT. Os cursos são financiados pelas propinas, a investigação por concursos públicos e a cooperação para o desenvolvimento através de financiamentos obtidos junto das entidades financiadoras deste tipo de ações.

Neste âmbito, ao observarmos as rubricas da despesa com maior peso no total, constata-se que a maior parte das despesas correntes foi destinada à aquisição de reagentes, material de laboratório e outros bens e serviços para a investigação, cooperação para o desenvolvimento, ensino e prestação de serviços à comunidade.





À semelhança do ano anterior, realizou-se um conjunto de investimentos que permitiram requalificar parte das instalações do IHMT, nomeadamente:

- ✓ Reparação e conservação de salas utilizadas pela Divisão de Gestão Financeira,
 Divisão Académica e Biblioteca;
- ✓ Remodelação do refeitório;
- ✓ Obras de readaptação das salas e laboratórios devido à reocupação dos espaços no edifício principal;
- ✓ Criação de uma nova sala de culturas;
- ✓ Remodelação do insectário;
- ✓ Recuperação de uma sala para instalação do sistema de videoconferência;
- ✓ Recuperação do painel de azulejos da sala Cambournac;
- ✓ Obras de reparação no edifício do Biotério.

b) Situação Patrimonial – Análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados

O Balanço evidencia um total de 4.773.529,61€ e um total de Fundos Próprios de 2.414.836,46€, incluindo um resultado líquido negativo de 80.450,1€.

O valor negativo apurado no resultado líquido resultou basicamente da redução dos proveitos do exercício.

As transferências e outros subsídios correntes obtidos diminuíram 1.272.555,63€, comparativamente ao ano anterior. A redução das transferências do OE, bem como das transferências da UE explicam esta queda acentuada.



H del

De referir que parte da redução das transferências do OE são compensadas com a redução dos custos com férias e subsídio de natal do pessoal, e respetivos encargos sociais. Porém, o Acórdão do Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade com força obrigatória os artigos 29.º e 31º da Lei do OE, para 2013, que suspendiam o pagamento do subsídio de férias, pelo que se optou por acrescer nos custos este subsídio (271.309€).

Influencia, também, o valor do resultado líquido as amortizações (137.263,73€) de equipamentos e viaturas abatidos. Nos termos do Contrato de Subvenção com a EU, no final do projeto Chokwé, em 2012, todos os equipamentos e viaturas utilizados pela equipa do projeto foram distribuídos pelos parceiros locais/Beneficiários da ação.

No ativo, o imobilizado corpóreo e incorpóreo bruto atinge o valor bruto de 7.417.015,95€, ao qual correspondem 4.518.312,47€ de amortizações.

No que respeita aos imóveis afetos à atividade do IHMT, designadamente o terreno, o edifício Principal, o edifício do Canil e o edifício dos Macacos, não integram ainda o património da UNL.

Apesar da Colliers P&I, em 2004, ter efetuado a avaliação de todos os imóveis sob administração do IHMT, optou-se, desde então, por não se proceder ao seu registo contabilístico até ao processo de transferência para a titularidade da UNL estar concluído. O registo contabilístico da reavaliação destes imóveis, efetuada em 2009, encontra-se, também, condicionado a este processo.

O edifício do Biotério é a única exceção, uma vez que a sua construção se efetuou com verbas PIDDAC atribuídas ao IHMT.



we the

O IHMT continua a aguardar que a Reitoria da UNL efetue os procedimentos necessários para que seja concretizada a transferência dos restantes imóveis, designadamente o terreno, o edifício Principal, o edifício do Canil e o edifício dos Macacos, para o património da UNL, de modo a se proceder ao seu registo contabilístico.

As disponibilidades de caixa e de depósitos em bancos são no valor de 1.358.808,6€, menos 188.236,29€ do que no ano anterior.

As dívidas de terceiros ascendem a 216.010,3€. O valor das dívidas de cobrança duvidosa é de 35.657,66€, referente a créditos em mora. O IHMT tem vindo a realizar inúmeras diligências junto dos seus clientes com o intuito de persuadi-los a pagar as suas dívidas.

As dívidas de terceiros mais do que duplicaram em 2012 devido fundamentalmente à alteração na forma de contabilização das propinas de mestrado e doutoramento.

Até 2011, as propinas faturavam-se e contabilizavam-se apenas no ato de pagamento, enquanto, em 2012, o valor anual das propinas foi faturado e contabilizado no ato da matrícula. Refira-se que, de acordo com o Regulamento de Propinas, os alunos tinham obrigação de pagar, em 2012, apenas 50% do valor faturado ficando o restante para ser liquidado em 2013.

De referir que a provisão para créditos de cobrança duvidosa foi reduzida no valor de 4.354€. Esta reposição resultou das diligências efetuadas junto dos hospitais/centros hospitalares com vista ao recebimento dos créditos vencidos com data anterior a 2011.



4 Coll al 1-6

Em contrapartida reforçou-se a provisão para créditos de cobrança duvidosa em 10.194,8€, para créditos em mora há mais de 1 ano, nomeadamente hospitais/centros hospitalares.

A provisão foi constituída numa base económica tendo em atenção o risco efetivo de recuperabilidade dos valores a receber, designadamente atendendo às dificuldades financeiras que o Serviço Nacional de Saúde atravessa atualmente impedindo-o de liquidar os seus compromissos atempadamente.

Os acréscimos de proveitos, no valor de 298.808,79€, respeitam a financiamentos de projetos que irão ser transferidos para o IHMT em 2013, mas cujos custos já foram despendidos em 2012.

No passivo, as dívidas a terceiros, no montante de 84.406,35€, reportam sobretudo a parte dos impostos retidos na fonte em Dezembro de 2012 e cujo pagamento ocorre, em harmonia com os prazos legais, em momentos posteriores àquela data.

A conta de acréscimos de custos no montante de 542.618€ inclui os encargos com férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais a liquidar em 2013.

Por fim, os proveitos diferidos no valor total de 1.731.668,8€ incluem: 160.770,42€ de propinas de mestrado e doutoramento; 276.995,45€ de transferências de projetos que serão reconhecidas nos exercícios seguintes; 1.293.902,93€ de subsídios para o investimento.





III. - PERSPECTIVAS

Para 2013, o Conselho de Gestão definiu os seguintes objetivos estratégicos:

- Ensino Racionalizar e melhorar a atividade pedagógica e direcionar a oferta pedagógica para mercados específicos;
- Investigação Reforçar e divulgar o enfoque da investigação nas áreas de excelência do IHMT;
- Cooperação e Apoio ao Desenvolvimento Manter a cooperação com a CPLP e os Estados Membros;
- Recursos Humanos Promover a evolução e valorização dos seus recursos humanos;
- Financiamento e Sustentabilidade Financeira Aumentar a receita e reduzir a despesa;
- Divulgação e Comunicação Promover a divulgação das atividades do IHMT;
- Outras Iniciativas Partilhadas com outras Unidades Orgânicas da Nova e/ou com Instituições Internacionais de Ensino e Investigação.

Lisboa, 30 de Abril de 2013

O Conselho de Gestão

Instituto de Higiene e Medicina Tropical - Universidade Nova de Lisboa

Gerência de 01-01-2012 a 31-12-2012

Class. Económica	R	ecebimentos		
	Saldo da gerência anterior			
	Execução orçamental - Fundos Próprios			1.471.342,16 €
	De dotações orçamentais (OE)	0,00 €	0,00€	
	De receitas próprias	·		
	Na posse do serviço	1.471.342,16 €	1.471.342,16 €	
		1.47 1.342, 10 €	1.47 1.542, 10 €	
	Na posse do Tesouro 0,00 €			
	De receita do Estado			10.329,45 €
	De operações de tesouraria			65.373,28 €
	Descontos em vencimentos e salários			
	Receita do Estado 0,00 €			
	I - Total do saldo de gerência na posse do serviço			1.547.044,89 €
	Receitas			5.692.926,99 €
	De dotações orçamentais (OE)			
	Correntes			
	Funcionamento			
06.03.01	Estado.	3.149.123,00 €		
	Capital			
	Funcionamento			
10.03.01	Estado.	20.000,00 €		
	De receitas próprias			
	Correntes			
04.01.22	Propinas.	323.798,73 €		
04.01.99	Taxas diversas.	280.670,55 €		
06.03.07	Serviços e fundos autónomos.	60.523,20 €		
06.03.10	Serviços e fundos autónomos - Participação portuguesa em projectos co-financiados.	35.538,25 €		
06.07.01	Instituições sem fins lucrativos.	130.740,02 €		
06.09.01	União Europeia - Instituições.	196.862,14 €		
06.09.04	União Europeia Países-Membros.	158.222,24 €		
06.09.05	Países terceiros e organizações internacionais.	20.968,28 €		
07.01.01	Material de escritório.	94,07 €		
07.01.05	Bens inutilizados.	96,55€		

07.01.99	Outros.	29.841,88 €		
07.02.01	Aluguer de espaços e equipamentos.	35.132,62 €		
07.02.02	Estudos pareceres projectos e consultadoria.	17.820,61 €		
07.02.04	Serviços de laboratórios.	67.334,69 €		
07.02.05	Actividades de saúde.	990,00€		
07.02.99	Outros.	115.383,90 €		
08.01.01	Prémios taxas por garantias de risco e diferenças de câmbio.	219,26 €		
08.01.99	Outras.	18,08 €		
	Capital			
10.03.08	Serviços e fundos autónomos.	984.099,37 €		
15.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos.	65.449,55 €		
	II - Total das receitas de Fundos Próprios			5.692.926,99€
	Total das receitas do exercício (I + II)			7.239.971,88€
	III - Total recebido do Tesouro em c/ receitas próprias			0,00 €
	IV - Total de recebimentos do exercício (I + II + III)			7.239.971,88 €
	Importâncias retidas para entrega ao Estado			
	Receitas do Estado		724.582,94 €	
	Operações de Tesouraria		892.422,41 €	
	V - Total das Retenções de fundos alheios			1.617.005,35 €
	Descontos em Vencimentos e Salários			
	Receitas do Estado 675.902,70 €			
	Operações de Tesouraria 800.884,58 €			
	SASE			
	Serviço de Acção Social Escolar - Saldo da Gerência Anterior		0,00€	
	Serviço de Acção Social Escolar - Recebimentos		0,00€	
	Total geral do mapa de fluxos de caixa (IV + V)			8.856.977,23 €

Class. Económica	F	Pagamentos	
	Despesas		5.875.168,32 €
	Despesas orçamentais (OE)		
	Correntes		
	Funcionamento		
01.01.02	Órgãos sociais.	239.612,99 €	
01.01.03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública.	1.104.543,00 €	
01.01.05	Pessoal além dos quadros.	746.804,00 €	
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença.	3.101,40 €	
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação.	13.081,96 €	
01.01.11	Representação.	14.320,14 €	
01.01.12	Suplementos e prémios.	19.406,81 €	
01.01.13	Subsídio de refeição.	76.458,62 €	
01.01.14	Subsídios de férias e de Natal.	14.915,56 €	
01.02.02	Horas extraordinárias.	2.951,28 €	
01.02.05	Abono para falhas.	941,22€	
01.02.07	Colaboração técnica e especializada.	162,00 €	
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie.	5.713,01 €	
01.03.01	Encargos com a saúde.	54.195,77 €	
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens.	2.255,82 €	
01.03.05	Contribuições para a segurança social.	332.963,83 €	
01.03.06	Acidentes em serviço e doenças profissionais.	604,88 €	
01.03.08	Outras pensões.	826,68 €	
01.03.10	Outras despesas de segurança social.	11.639,48 €	
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes.	1.942,62 €	
02.01.04	Limpeza e higiene.	10.980,96 €	
02.01.08	Material de escritório.	5.392,94 €	
02.01.21	Outros bens.	2.142,04 €	
02.02.01	Encargos das instalações.	153.000,00 €	
02.02.02	Limpeza e higiene.	50.473,11 €	
02.02.03	Conservação de bens.	12.005,05 €	
02.02.05	Locação de material de informática.	11.384,34 €	
02.02.09	Comunicações.	37.775,55 €	
02.02.13	Deslocações e estadas.	232,37 €	
02.02.15	Formação.	5.812,62 €	
02.02.17	Publicidade.	88,56 €	
02.02.18	Vigilância e segurança.	95.963,34 €	
02.02.19	Assistência técnica.	74.980,17 €	
02.02.20	Outros trabalhos especializados.	7.000,00 €	

02.02.25	Outros serviços.	23.679,69 €	
03.05.02	Outros.	8,38 €	
03.06.01	Outros encargos financeiros.	322,53 €	
06.02.03	Outras.	1.520,22 €	
	Capital		
	Funcionamento		
07.01.08	Software informático.	10.887,04 €	
07.01.09	Equipamento administrativo.	5.544,59 €	
07.01.15	Outros investimentos.	3.345,42 €	
	l - Total da despesa por c/ OE		3.158.979,99 €
	Despesas orçamentais com compensação em rec. própria e com ou sem transição de saldos Correntes		
01.01.03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública.	58.689,91 €	
01.01.04	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho.	105.521,04 €	
01.01.05	Pessoal além dos quadros.	66.179,51 €	
01.01.06	Pessoal contratado a termo.	417.161,27 €	
01.01.13	Subsídio de refeição.	19.472,44 €	
01.01.14	Subsídios de férias e de Natal.	24.033,49 €	
01.02.04	Ajudas de custo.	80.769,26 €	
01.02.07	Colaboração técnica e especializada.	12.733,06 €	
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie.	634,87 €	
01.03.01	Encargos com a saúde.	8.573,52 €	
01.03.05	Contribuições para a segurança social.	153.642,88 €	
02.01.01	Matérias-primas e subsidiárias.	278.868,41 €	
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes.	32.734,64 €	
02.01.08	Material de escritório.	20.822,62 €	
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos.	41.676,36 €	
02.01.15	Prémios condecorações e ofertas.	5.702,16 €	
02.01.18	Livros e documentação técnica.	4.752,63 €	
02.01.21	Outros bens.	185.231,96 €	
02.02.01	Encargos das instalações.	25.967,60 €	
02.02.03	Conservação de bens.	163.364,16 €	
02.02.05	Locação de material de informática.	295,20 €	
02.02.08	Locação de outros bens.	2.852,37 €	
02.02.09	Comunicações.	5.057,11 €	
02.02.10	Transportes.	8.245,59 €	
02.02.11	Representação dos serviços.	4.065,43 €	
02.02.12	Seguros.	8.723,53 €	
02.02.13	Deslocações e estadas.	101.426,17 €	

02.02.14	Estudos pareceres projectos e consultadoria.	489,05 €	
02.02.15	Formação.	23.311,44 €	
02.02.17	Publicidade.	11.460,25 €	
02.02.19	Assistência técnica.	14.139,27 €	
02.02.20	Outros trabalhos especializados.	208.337,33 €	
02.02.25	Outros serviços.	162.874,21 €	
03.06.01	Outros encargos financeiros.	3.868,64 €	
04.03.05	Serviços e fundos autónomos.	28.748,98 €	
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos.	14.054,13 €	
04.08.02	Outras.	194.370,25 €	
04.09.03	Resto do mundo - Países terceiros e organizações internacionais.	24.000,00 €	
06.02.03	Outras.	41.795,96 €	
	Capital		
07.01.03	Edifícios.	25.511,48 €	
07.01.07	Equipamento de informática.	20.249,05 €	
07.01.08	Software informático.	11.275,85 €	
07.01.09	Equipamento administrativo.	17.106,86 €	
07.01.10	Equipamento básico.	76.625,79 €	
07.01.15	Outros investimentos.	772,60 €	
	II - Total da despesa em c/ receita própria		2.716.188,33 €
	Total da despesa do exercício (I + II)		5.875.168,32 €
	III - Total da entrega ao Tesouro em c/ receita própria		0,00 €
	IV - Total de pagamentos do exercício (I + II + III)		5.875.168,32 €
	Importâncias entregues ao Estado e outras Entidades		
	Receitas do Estado	728.224,86 €	
	Operações de Tesouraria	894.775,45 €	
	V - Total da despesa de fundos alheios		1.623.000,31 €
	Saldo para a gerência seguinte		
	Execução orçamental		1.289.100,83 €
	De dotações orçamentais (OE)	10.143,01 €	
	De receitas próprias		
	Na posse do serviço	1.278.957,82 €	
	Na posse do Tesouro 0,00 €		
	De receita do Estado		6.687,53 €
	De operações de tesouraria		63.020,24 €
	Descontos em vencimentos e salários		
	Receita do Estado 0,00 €		
	VI - Total do saldo da gerência na posse do serviço		1.358.808,60 €
-	·		•

Descontos em vencimentos e salários Receitas do Estado 675.902,70 €		
Operações de Tesouraria 801.881,92 €		
SASE (aplicável apenas às formas simplificadas)		
Saldo para a Gerência Seguinte	0,00 €	
Pagamentos	0,00 €	
Total geral do mapa de fluxos de caixa (IV + V + VI)		8.856.977,23 €

Instituto de Higiene e Medicina Tropical - Universidade Nova de Lisboa

Gerência de 01-01-2012 a 31-12-2012

Activo	2012			2011
Código das contas	AB	AP	AL	AL
Imobilizado				
Bens de domínio				
451 - Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
452 - Edifícios	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
453 - Outras construcções e infra-estruturas	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
454 - Infra-estruturas e equip. de natureza militar	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
455 - Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
459 - Outros bens de domínio público	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
445 - Imobilizações em curso	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
446 - Adiantamento por conta de bens de domínio público	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imobilizações incorpóreas				
431 - Despesas de instalação	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
432 - Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
433 - Propriedade industrial e outros direitos	21.001,00 €	14.237,56 €	6.763,44 €	7.338,77 €
443 - Imobilizações em curso	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €

Activo	2012			2011
Código das contas	AB	AP	AL	AL
449 - Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	21.001,00 €	14.237,56 €	6.763,44 €	7.338,77 €
Imobilizações corpóreas				
421 - Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
422 - Edifícios e outras construções	2.460.159,27 €	322.270,62 €	2.137.888,65 €	2.119.321,99 €
423 - Equipamento e material básico	2.838.475,70 €	2.456.979,25 €	381.496,45 €	518.129,74 €
424 - Equipamento de transporte	25.937,50 €	25.937,50 €	0,00€	54.794,35 €
425 - Ferramentas e utensílios	4.888,52 €	4.888,52 €	0,00€	0,00 €
426 - Equipamento administrativo	1.314.836,42 €	1.156.990,46 €	157.845,96 €	178.196,94 €
427 - Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00€	0,00 €
429 - Outras imobilizações corpóreas	751.717,54 €	537.008,56 €	214.708,98 €	233.723,41 €
442 - Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00€	17.007,65 €
448 - Adiant. por conta de imobilizações corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00€	0,00 €
	7.396.014,95 €	4.504.074,91 €	2.891.940,04 €	3.121.174,08 €
Investimentos financeiros				
411 - Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00€	0,00 €
412 - Obrigações e títulos de participação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
414 - Investimentos em imóveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
415 - Outras aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Activo	2012			2011
Código das contas	AB	AP	AL	AL
441 - Imobilizações em curso	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
447 - Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Circulante				
Existências				
36 - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	36.856,10 €	0,00€	36.856,10 €	38.761,83 €
35 - Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
34 - Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
33 - Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
32 - Mercadorias	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
37 - Adiantamentos por conta de compras	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
	36.856,10 €	0,00 €	36.856,10 €	38.761,83 €
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Dívidas de terceiros - Curto prazo				
2811 + 2821 - Empréstimos concedidos	0,00 €	0,00 €	0,00€	0,00 €
211 - Clientes, c/c	76.841,70 €	0,00€	76.841,70 €	65.547,03 €
212 - Alunos, c/c	101.579,20 €	0,00€	101.579,20 €	10.963,42 €
213 - Utentes, c/c	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €

Activo	2012			2011
Código das contas	AB	AP	AL	AL
214 - Clientes, alunos e utentes - Títulos a Receber	0,00 €	0,00€	0,00€	0,00 €
218 - Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	35.657,66 €	35.657,66 €	0,00 €	0,00 €
251 - Devedores pela execução do orçamento	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
229 - Adiantamento a fornecedores	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
2619 - Adiantamento a fornecedores de imobilizado	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
24 - Estado e outros entes públicos	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
26 - Outros devedores	1.931,74 €	0,00€	1.931,74 €	30,00 €
	216.010,30 €	35.657,66 €	180.352,64 €	76.540,45 €
Títulos negociáveis				
151 - Acções	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
152 - Obrigações e títulos de participação	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
153 - Títulos da dívida pública	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
159 - Outros títulos	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
18 - Outras aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00€	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Conta no tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa				
13 - Conta no Tesouro	330.273,03 €	0,00€	330.273,03 €	925.249,17 €
12 - Depósitos em inst. financeiras	1.028.232,35 €	0,00€	1.028.232,35 €	621.372,27 €
11 - Caixa	303,22 €	0,00€	303,22 €	423,45 €
	1.358.808,60 €	0,00 €	1.358.808,60 €	1.547.044,89 €

Activo	2012			2011
Código das contas	AB	AP	AL	AL
Acréscimos e diferimentos				
271 - Acréscimos de proveitos	298.808,79 €	0,00€	298.808,79 €	279.804,63 €
272 - Custos diferidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00€
	298.808,79 €	0,00 €	298.808,79 €	279.804,63 €
Total do activo	9.327.499,74 €	4.553.970,13 €	4.773.529,61 €	5.070.664,65 €
Total de amortizações		4.518.312,47 €		
Total de provisões		35.657,66 €		

Fundos próprios e passivo	2012	2011
Código das contas		
Fundos próprios		
51 - Património	1.436.443,22 €	1.436.443,22 €
55 - Ajustamento de partes capital em empresas	0,00 €	0,00 €
56 - Reservas de reavaliação	186.672,85 €	186.672,85 €
Reservas		
571 - Reservas legais	0,00 €	0,00 €
572 - Reservas estatutárias	0,00 €	0,00 €
573 - Reservas contratuais	0,00 €	0,00 €
574 - Reservas livres	0,00 €	0,00€
575 - Subsídios	0,00 €	0,00€
576 - Doações	0,00 €	0,00€
577 - Decorrentes da Transferência de Activos	0,00 €	0,00€
59 - Resultados transitados	872.170,49 €	273.807,45 €
88 - Resultado liquido do exercício	-80.450,10 €	598.363,04 €
Total do Fundo Patrimonial	2.414.836,46 €	2.495.286,56 €

Fundos próprios e passivo	2012	2011
Código das contas		
Passivo		
29 - Provisões para riscos e encargos	0,00 €	0,00 €
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	0,00 €	0,00 €
Dívidas a terceiros - Curto prazo		
23 111 + 23 211 - Empréstimos por dívida titulada	0,00 €	0,00 €
23 112 + 23 212 + 12 - Empréstimos por dívida não titulada	0,00 €	0,00 €
269 - Adiantamentos por conta de vendas	0,00 €	0,00 €
221 - Fornecedores, c/c	0,00 €	0,00 €
228 - Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00 €	0,00 €
2612 - Fornecedores de imobilizado-Títulos a pagar	0,00 €	0,00 €
252 - Credores pela execução do orçamento	0,00 €	0,00 €
219 - Adiantamentos de clientes, alunos e utentes	0,00 €	0,00 €
2611 - Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00 €	0,00 €
24 - Estado e outros entes públicos	82.901,01 €	90.113,97 €
26 Outros credores	1.505,34 €	959,30 €
	84.406,35 €	91.073,27 €
Acréscimos e diferimentos		
273 - Acréscimos de custos	542.618,00 €	304.682,00 €

Fundos próprios e passivo	2012	2011
Código das contas		
274 - Proveitos diferidos	1.731.668,80 €	2.179.622,82 €
	2.274.286,80 €	2.484.304,82 €
Total do Passivo	2.358.693,15 €	2.575.378,09 €
Total dos fundos próprios e do passivo	4.773.529,61 €	5.070.664,65 €

Demonstração de Resultados

Instituto de Higiene e Medicina Tropical - Universidade Nova de Lisboa

Gerência de 01-01-2012 a 31-12-2012

	2012		20	11
Contas				
Custos e perdas				
61 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		30.789,54 €		40.488,15 €
Mercadorias	0,00 €		0,00€	
Matérias	30.789,54 €		40.488,15 €	
62 - Fornecimentos e serviços externos		1.745.099,14 €		2.006.898,67 €
Custos com o pessoal		3.859.569,76 €		4.134.195,63 €
641 + 642 - Remunerações	3.225.940,14 €		3.438.212,72 €	
643 a 648 - Encargos sociais	633.629,62 €		695.982,91 €	
63 - Transferências e subsídios correntes concedidos e prest. sociais		261.173,36 €		316.023,77 €
66 - Amortizações do exercício		263.864,32 €		243.570,29 €
67 - Provisões do exercício		10.194,80 €		15.868,54 €
65 - Outros custos e perdas operacionais		4.550,00 €		5.240,00 €
(A)		6.175.240,92 €		6.762.285,05 €
68 - Custos e perdas financeiros		4.423,38 €		2.738,65 €
(C)		6.179.664,30 €		6.765.023,70 €
69 - Custos e perdas extraordinários		368.972,83 €		147.441,32 €

Demonstração de Resultados

	20	12	20	11
Contas				
(E)		6.548.637,13 €		6.912.465,02 €
88 - Resultado líquido do exercício		-80.450,10 €		598.363,04 €
Total		6.468.187,03 €		7.510.828,06 €
Proveitos e ganhos				
71 - Vendas e prestações de serviços		211.187,62 €		240.599,39 €
Vendas de Mercadorias	0,00 €		0,00 €	
Vendas de Produtos	0,00 €		0,00€	
Prestações de Serviços	211.187,62 €		240.599,39 €	
72 - Impostos e Taxas		628.201,72 €		547.881,92 €
Variação da produção		0,00€		0,00 €
75 - Trabalhos para a própria entidade		0,00€		0,00 €
73 - Proveitos suplementares		41.683,16 €		47.221,33 €
74 - Transferências e subsídios correntes obtidos		5.227.705,43 €		6.500.261,06 €
741 - Transferências - Tesouro	3.149.123,00 €		3.994.628,00 €	
742 + 743 - Outras	2.078.582,43 €		2.505.633,06 €	
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais		0,00 €		0,00 €
(B)		6.108.777,93 €		7.335.963,70 €
78 - Proveitos e ganhos Financeiros		447,17 €		383,96 €
(D)		6.109.225,10 €		7.336.347,66 €

Demonstração de Resultados

	2012		2011	
Contas				
79 - Proveitos e ganhos extraordinários		358.961,93 €		174.480,40 €
(F)		6.468.187,03 €		7.510.828,06 €
Resumo				
Resultados operacionais (B)-(A)		-66.462,99 €		573.678,65 €
Resultados financeiros (D-B)-(C-A)		-3.976,21 €		-2.354,69 €
Resultados correntes (D)-(C)		-70.439,20 €		571.323,96 €
Resultado líquido do exercício (F)-(E)		-80.450,10 €		598.363,04 €



Anexos às Demonstrações Financeiras

8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados por Natureza

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação (POC - Educação), aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro.

As notas que se seguem respeitam a ordem estabelecida pelo POC - Educação. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

8.2.3 Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no POC-Educação; estas demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos de entidade contabilística, consistência, prudência, especialização de exercícios, substância sobre a forma, materialidade e não compensação.



Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Existências

As existências são registadas ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas incorridas até à entrada em armazém. Como método de valorização das saídas é utilizado o custo médio.

Os materiais de laboratório e reagentes adquiridos diretamente para as Unidades de Ensino e Investigação são contabilizados como consumo na data da respetiva aquisição (admite-se que a maior parte destas aquisições são de consumo imediato).

b) Imobilizações corpóreas e amortizações

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, a partir da data de entrada em funcionamento dos bens, com base nas taxas fixadas no classificador geral – anexo I do CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril).

c) Dívidas de terceiros

Foram registadas provisões às dívidas a receber com base na totalidade dos créditos em risco de cobrança.



d) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e de depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

e) Acréscimo de proveitos

Os proveitos reconhecidos no exercício são no valor dos custos incorridos com projetos de investigação cujas entidades financiadoras só promoverão as respetivas transferências em exercícios seguintes.

f) Acréscimo de custos - encargos com férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, subsídio de férias e respetivos encargos a pagar é contabilizado nos custos do exercício a que dizem respeito, por contrapartida de Acréscimos de Custos, independentemente da data do respetivo pagamento.

g) Proveitos diferidos

Compreende as transferências de projetos e as propinas de mestrado e doutoramento que deverão ser reconhecidas nos exercícios seguintes.

No que se refere aos proveitos com propinas de cursos de mestrado e doutoramento, o seu reconhecimento tem por base o período de duração dos cursos.



Transferências de capital

Incluem-se as transferências de capital que são reconhecidas como proveitos à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

8.2.7 Ativo Imobilizado

Activo Bruto

(unidade: euros)

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates/	Saldo Final
					Regularizações	
De Imobilizações Incorpóreas:						
Propriedade indust. outr. direitos	9370,14	11.630,86				21.001,00
	9.370,14	11.630,86	0,00	0,00	0,00	21.001,00
De imobilizações corpóreas:						
Terreno e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2.417.640,14	42.519,13				2.460.159,27
Equipamento e material básico	2.883.162,34	76.625,79			121.312,43	2.838.475,70
Equipamento de transporte	122.128,09				96.190,59	25.937,50
Ferramentas e utensilios	4.888,52					4.888,52
Equipamento administrativo	1.399.673,22	53.432,53			138.269,33	1.314.836,42
Taras e vasilhame	0,00					0,00
Outras imobilizações corpóreas	765.900,40	4.118,02			18.300,88	751.717,54
	7.593.392,71	176.695,47	0,00	0,00	374.073,23	7.396.014,95
Total	7.602.762,85	188.326,33	0,00	0,00	374.073,23	7.417.015,95

No âmbito do processo de inventário e cadastro dos bens imóveis, efetuado em Julho de 2004, pela empresa Colliers P&I, o valor de mercado do edifício Biotério foi de 1.289.775,69€ (considerando 7 anos de idade de uma vida útil esperada de 80 anos).

Em 2009, a Universidade Nova de Lisboa (UNL), procedeu à reavaliação do seu património imobiliário e dos imóveis do Estado que lhe estão afetos. Neste incluiuse o edifício do Biotério cujo aumento do valor de reavaliação apurado foi de 234.121,47€.



As amortizações acumuladas do edifício do Biotério, após a reavaliação, atingiram o valor de 247.633,3€. Logo, o valor contabilístico reavaliado deste edifício cifrou-se em 1.276.263,86€.

No que respeita aos restantes imóveis afetos à atividade do IHMT, designadamente o terreno, o edifício Principal, o edifício do Canil e o edifício dos Macacos, não integram ainda o património da UNL.

Apesar do relatório da Colliers P&I ter efetuado, em Julho de 2004, a avaliação de todos os imóveis sob administração do IHMT, optou-se por não se proceder ao seu registo contabilístico até o processo de transferência para a titularidade da UNL estar concluído. O registo contabilístico da reavaliação destes imóveis encontra-se, também, condicionado ao termo deste processo.

Em 2012, no final da obra de reparação e impermeabilização de parte das coberturas existentes no edifício principal, transferiu-se da conta 44 − Obras em curso para a conta edifícios e outras construções a quantia de 42.519,13€.

Resultante do encerramento do projeto "SANTÈ-HEALTH/2006/105-398 Apoio ao Controlo Integrado de Malária – Chokwé" e de acordo com o artigo 7.º do Anexo II ao contrato de subvenção estabelecido com a União Europeia, procedeu-se à transferência de todos os bens do ativo imobilizado corpóreo, adquiridos no âmbito do projeto, para os parceiros locais e para os Beneficiários finais da Acão. Efetuou-se, assim, o abate de bens do ativo imobilizado corpóreo no valor de 374.073,23€.



Amortizações e Ajustamentos

(unidade: euros)

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
			(*)	
De Imobilizações Incorpóreas				
Propriedade indust. outr. direitos	2031,37		12.206,19	14.237,56
·	2.031,37		12.206,19	14.237,56
De imobilizações corpóreas:				·
Terreno e recursos naturais	0,00		0,00	0,00
Edifícios e outras construções	298.318,15		23.952,47	322.270,62
Equipamento e material básico	2.365.032,60		91.946,65	2.456.979,25
Equipamento de transporte	67.333,74		-41.396,24	25.937,50
Ferramentas e utensilios	4.888,52		0,00	4.888,52
Equipamento administrativo	1.221.476,28		-64.485,82	1.156.990,46
Taras e vasilhame	0,00		0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	532.176,99		4.831,57	537.008,56
	4.489.226,28		14.848,63	4.504.074,91
Total	4.491.257,65		27.054,82	4.518.312,47

^(*) No ano em que se verifica o abate do bem, não será efectuada a respectiva amortização anual, abatendo-se nesta coluna o valor das amortizações acumuladas transitadas do ano anterior.

À semelhança de 2011, em 2012 as amortizações do edifício do Biotério e das obras do Canil foram no valor de 19.048,71€ e 2.069,18€, respetivamente. Realizou-se, igualmente, a amortização referente à reparação e impermeabilização de parte das coberturas do edifício principal no valor de 2.834,58€, considerando que o seu período de vida útil será de 15 anos.

8.2.23 Dívidas de cobrança Duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2012, o valor das dívidas de cobrança duvidosa incluídas no Balanço era de 35.657,66€, referente a créditos em mora.



Na sequência do processo de insolvência da empresa "Ecossistema – Consultores, Engenharia do Ambiente, Lda", que deu entrada no 4º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa, requereu-se, junto do Administrador de Insolvência, a reclamação de créditos no valor de 11.628€.

8.2.31 Movimentos nas Contas de Provisões Ocorridos no Exercício

Em 2012, foram registados em provisões os seguintes valores:

Provisões Acumuladas

(unidade: euros)

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
291 292 39	Provisões para aplicações de tesouraria Provisões para cobranças duvidosas Provisões para riscos e encargos Provisões para depreciação de existências Provisões para investimentos financeiros	29.816,86	10.194,80	4.354,00	35.657,66

Reforçou-se a provisão para créditos de cobrança duvidosa em 10.194,8€. Este aumento da provisão resulta das dívidas de cobrança duvidosa em mora há mais de um ano, designadamente dos hospitais/centros hospitalares.

Em contrapartida, anulou-se parcialmente a provisão constituída em anos anteriores em 4.354€. Esta reposição resulta das diligências efetuadas junto dos hospitais/centros hospitalares com vista ao recebimento dos créditos vencidos com data anterior a 2011.



A provisão para créditos de cobrança duvidosa foi constituída numa base económica tendo em atenção o risco efetivo de recuperabilidade dos valores a receber, designadamente atendendo às dificuldades financeiras que o Serviço Nacional de Saúde atravessa atualmente impedindo-o de liquidar os seus compromissos atempadamente.

8.2.33 Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício de 2012, foi determinado como segue:

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

(unidade: euros)

Código das contas	Movimentos	Matérias Primas subsidiárias e de consumo
31 38	Existências iniciais Compras Regularização de existências Existências finais	38.761,83 29.255,56 -371,75 36.856,10
	Custos no exercício	



8.2.37 Demonstração dos Resultados Financeiros

Demonstração dos Resultados Financeiros

(unidade: euros)

		Exercícios		Exerc	cícios		
Código das contas	Custos e perdas	N	N-1	Código das contas	Proveitos e ganhos	N	N-1
681	Juros suportados	8,38	304,73	781	Juros obtidos	0,00	0,00
682	Perdas em entidades ou subentidades			782	Ganhos em entidades ou subentidades		
683	Amortizações de invest. em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de particip. de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	203,83	193,90	785	Diferenças de câmbio favoráveis	219,26	300,65
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos	227,91	83,31
688	Outros custos e perdas financeiras	4.211,17	2.240,02	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
	Resultados Financeiros	-3.976.21	-2.354.69	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
		447,17	383,96			447,17	383,96

8.2.38 Demonstração dos Resultados Extraordinários

Demonstração dos Resultados Extraordinários

(unidade: euros)

		Exerc	cícios			Exercícios	
Código das contas	Custos e perdas	N	N-1	Código das contas	Proveitos e ganhos	N	N-1
691	Transferências de capital concedidas			791	Restituições		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	580,61	164,83	793	Ganhos em existências	208,86	86,52
694	Perdas em imobilizações	137.263,73	77,85	794	Ganhos em imobilizações		
695	Multas e penalidades			795	Benefícios de penalidades contratuais		
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões	4.354,00	39.925,50
	Correcções relativas a exercícios anteriores	225.148,85	146.989,02	797	Correcções relativas a exercícios ante- riores	255.351,63	81.295,43
698	Outros custos e perdas extraordinários	5.979,64	209,62	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	99.047,44	53.172,95
	Resultados extraordinários	-10.010,90	27.039,08				
		358.961,93	174.480,40			358.961,93	174.480,40



O valor de 137.263,73€ na rubrica 6.9.4 resulta do abate de equipamentos e viaturas utilizados pela equipa do projeto "SANTÈ-HEALTH/2006/105-398 Apoio ao Controlo Integrado de Malária – Chokwé", durante o período da sua execução, e distribuídos pelos parceiros locais/Beneficiários finais da ação, no final de 2012. Grande parte dos equipamentos e viaturas abatidos não se encontravam ainda totalmente amortizados.

Registou-se na rubrica 7.9.7 o valor de 63.859,72€, referente à devolução da Caixa Geral de Aposentações de parte do valor pago, em 2009, da remissão por acidente em serviço de uma trabalhadora, nos termos da Lei n.º 98/2009, de 04 de Setembro.

A rubrica 7.9.8 inclui o valor de 99.029,36€, relativo à contrapartida da rubrica subsídios para investimento.

8.2.39 Outras Informações Consideradas Relevantes para a Apreciação da Situação Financeira e dos Resultados

a) Acréscimos de proveitos

A rubrica acréscimo de proveitos no valor de 298.808,79€ respeita a financiamentos de projetos que se prevê que irão ser transferidos para o IHMT em 2013, mas cujos custos já foram despendidos. Parte desses custos, no valor de 77.200,14€, já foram realizados em exercícios anteriores.



b) Acréscimos de custos

A rubrica de acréscimos de custos no montante de 542.618€ inclui os encargos com férias, subsídios de férias e respetivos encargos sociais a liquidar em 2013.

A diferença em relação ao ano anterior resulta do estabelecido no Acórdão n.º 187/2013, do Tribunal Constitucional que declarou a inconstitucionalidade com força obrigatória geral os artigos 29.º e 31.º da Lei do Orçamento de Estado para 2013 que suspendia o pagamento do subsídio de férias às pessoas cujas remunerações base mensal sejam superiores a 1.100€, bem como a sua redução para remunerações base mensal entre 600€ e 1.100€.

Optou-se, assim, por registar na rubrica acréscimo de custos o valor de 271.309€, referente à totalidade do subsídio de férias.

c) Proveitos diferidos

Os proveitos diferidos no valor total de 1.731.668,8€, incluem: propinas de s de mestrado e doutoramento – 160.770,42€, projetos – 276.995,45€ e subsídios para Investimento – 1.293.902,93€.

d) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros ascendem a 216.010,3€. Em 2012, houve uma alteração na forma de contabilização das propinas de mestrado e doutoramento. Até 2011, as propinas faturavam-se e contabilizavam-se no ato de pagamento, enquanto em 2012, o valor anual das propinas foi faturado e contabilizado no ato da matrícula.



Refira-se que, de acordo com o Regulamento de Propinas, os alunos tinham obrigação de pagar, em 2012, apenas 50% do valor faturado ficando o restante para ser liquidado m 2013.

O Conselho de Gestão

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada

Exmo. Conselho de Gestão

do Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Exmos. Senhores

1. O presente relatório é apresentado como complemento à emissão da Certificação Legal das

Contas.

2. Procedemos à revisão legal das contas do Instituto, relativas ao exercício findo em 31 de

Dezembro de 2012, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria

aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das

contas com data de 30 de Abril de 2013.

3. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:

(1) Reunião com os responsáveis e leitura das actas do Conselho de Gestão, tendo solicitado

e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.

(2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pelo

Instituto e que se encontram divulgadas no Anexo.

(3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos

contabilísticos que lhes servem de suporte.

(4) Análise do sistema de controlo interno com vista ao planeamento do âmbito e extensão

dos procedimentos de revisão/auditoria.

(5) Realização dos testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da

materialidade dos valores envolvidos:

a) Inspecção física dos principais elementos do imobilizado corpóreo.

b) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e

outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas.

Rua Anchieta, 21 - 3,º Dto. - 1200-023 Lisboa

Telef.: 00.351.213 469 502/3 - Fax: 00.351 213 462 722 - E-mail: ncacsroc@ncacsroc.com

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sob o n.º 1 - NIF 501 308 997 - Capital Social € 5.000

4.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

c) Análise e teste das conciliações bancárias preparadas pelo Instituto, bem como do

saldo de caixa que foi depositado no ano seguinte.

d) Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de ativos.

e) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como

da situação relativa à Segurança Social. Neste aspeto, demos o nosso contributo a

diversas solicitações sobre o IVA.

f) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados

no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo. Adequação dos saldos apresentados nos mapas de controlo orçamental da despesa e

da receita. Análise do controlo dos programas/projetos/atividades para dar satisfação

às regras da contabilidade pública. Análise de processos de despesa e receita com

verificação das regras orçamentais e dos requisitos legals. No que respeita à análise

dos projetos salientamos o projeto referente a Moçambique, no combate à malária, que se situa principalmente na região do Chokwé, e cujo montante se eleva a cerca

de 2,600 mil euros que englobou os anos de 2007 a 19/12/2012 e de que emitimos as

respetivas certificações de despesa periódicas, exceto a do último ano na qual

estamos a trabalhar. Durante o ano demos conta de algumas situações que nos

pareceram menos adequadas e que ocorreram com os parceiros no terreno naquele

país,

(6) Solicitação da Declaração do Órgão de Gestão, a qual foi obtida.

4. Para além dos aspetos referidos no ponto 3. entendemos ainda dever relatar, dada a sua

relevância e significado, os aspetos de contabilidade e de controlo interno seguintes:

(1) o Instituto continua a aguardar que a reitoria da UNL efetue os procedimentos

necessários para que seja concretizada a transferência dos edifícios e do terreno afetos à

atividade do IHMT, uma vez que a rubrica edifícios e outras construções respeita

essencialmente ao valor de construção do edifício Biotério. Estes imoveis após a avaliação

efetuada em 2009 ascendem a cerca de 20 milhões de euros.

(2) O pessoal docente presta o número de horas semanais de serviço conforme fixado pelo

Conselho Científico e de acordo com o regime a que se encontra vinculado, nos termos do

Estatuto da Carreira Docente Universitária, não sendo efetuado registo mecanográfico de

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de Instituto de Higiene e Medicina Tropical, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidenciam um total de 4.773.530 euros e um total de Fundos Próprios de 2.414.836 euros, incluindo um resultado líquido, negativo, de 80.450 euros), as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, os mapas de execução orçamental e os anexos às demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilisticos do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC – Educação).

RESPONSABILIDADES

- 2. É da responsabilidade do Conselho de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do referido Instituto e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilisticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opini\u00e3o profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstra\u00f3\u00f3es financeiras.

ÂMBITO

- 4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gestão, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião,



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

assiduidade e pontualidade, por inexistência de medidas definidas neste sentido para esta carreira.

Relativamente ao pessoal de investigação científica, pelo mesmo motivo supra indicado, não é efetuado registo mecanográfico de assiduídade e pontualidade.

 Finalmente, cumpre-nos informar que apreciámos o relatório do Conselho de Gestão o qual satisfaz os requisitos legais.

Lisboa, 30 de Abril de 2013

NUNES CAMEIRA E ANTUNES CABRERA, SROC

(Inscrita na OROC sob o n.º 1) representada pelo sócio Dr. Joaquim Pires Nunes Cameira (ROC nº117)

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade Pública, para o Sector da Educação (POC – Educação).

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as Demonstrações Financeiras do exercício.

ENFÂSES

- Sem afectar a opinião expressa nos pontos 7, e 8, acima, compete-nos referir que:
 - a) não consta do Balanço do Instituto o montante referente a três imóveis (os edificios Principal, do Canil e dos Macacos) que possui e utiliza há dezenas de anos, visto não fazerem parte do património da U.N.L., sendo o seu actual valor de mercado, após reavaliação realizada em Maio de 2009, de cerca de vinte milhões de euros;
 - b) no entanto, aquela reavaliação repercute-se num único edificio que está registado nas contas, o Biotério, cujo valor de aquisição sofreu um incremento de 234.121,47 € e a respectiva depreciação de 47.448,62 €. A diferença entre estes dois valores (186.672,85 €) consta como reserva de reavaliação, patente em adequada rubrica dos Fundos Próprios do Balanço;
 - c) não existem seguros, principalmente para cobertura dos riscos de incêndio, raio e explosão, tempestades, inundações, roubo e danos a terceiros ou responsabilidade civil; estes riscos são suportados pelo entidade titular do imóvel, segundo disposição legal (artigo 111.º do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior Públicas);
 - d) a rubrica de Acréscimos de Proveitos no valor de 298.808,79 € refere-se a financiamentos de projectos que serão reembolsados futuramente, mas cujos custos já foram suportados; no ano anterior aquela regularização elevava-se a 279.804,63 €;
 - a conta Acréscimo de Custos, com as extensões de 542.618,00 € e 304.682,00 €, respetivamente, em 2012 e 2011, englobam os encargos com ferias, subsídios de férias e respetivos encargos a pagar em cada um dos anos seguintes;
 - f) procedeu-se à regularização de receitas de projetos (276.995,45 €) e de propinas de mestrado / pós graduação (160.770,42€) atendendo ao princípio contabilístico do acréscimo ou da periodização, escriturando essas receitas como tal, futuramente, obedecendo aquele princípio, ficando agora em



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

proveitos diferidos; no ano anterior aquelas regularizações foram, respetivamente, de 768.167,72 € e de 92.517,08 €:

- g) a conta de Proveitos Diferidos, no total de 1.731.668,80 €, tem as seguintes sub-rubricas: propinas de mestrado/pós graduação, (160.760,42 €) projetos/subsídios/custos de formação (276.995,45 €) e subsídios para investimento (1.293.902,93 €);
- h) O pessoal docente presta o número de horas semanais de serviço conforme fixado pelo Conselho Científico e de acordo com o regime a que se encontra vinculado, nos termos do Estatuto da Carreira Docente Universitária, não sendo efetuado registo mecanográfico de assiduidade e pontualidade, por inexistência de medidas definidas neste sentido para esta carreira. Por este motivo, também não é efetuado registo mecanográfico de assiduidade e pontualidade quanto ao pessoal de investigação científica.

Lisboa, 30 de Abril de 2013

NUNES CAMEIRA E ANTUNES CABRERA, SROC

(Inscrita na OROC sob o n.º 1) representada pelo sócio Dr. Joaquim Pires Nunes Cameira (ROC nº117)